

<https://revistapropuestascriticas.uchile.cl>

ARTIGO

Tensões entre sindicalismo combativo e antissindicalismo virtual: lições da greve da educação federal brasileira

Tensiones entre sindicalismo combativo y antisindicalismo virtual: lecciones de la huelga de la Educación Federal Brasileira

Tensions between combative unionism and virtual anti-unionism: lessons from the Brazilian Federal Education strike

69

Lawrence Estivalet de Mello¹

Universidade Federal de Bahía, Brasil

Alexandra Maciel Veiga

Universidade Federal de Bahía, Brasil

Loyana Araújo Saraiva Matos

Universidade Federal de Bahía, Brasil

Recebido: 20/05/2024

Aceito: 07/10/2024

Cómo citar

Estivalet, L. Maciel, A. Araújo, L. (2024). Tensões entre sindicalismo combativo e antissindicalismo virtual: lições da greve da educação federal brasileira. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work*, 4 (8),69-93.

DOI: 10.5354/2735-6620.2024. 74721.

¹Autor correspondiente: Lawrence Estivalet de Mello, Universidad Federal de Bahía

✉ lawrence.emello@gmail.com

Octubre 2024. Vol. 4, Num. 8, 69-93 ISSN 2735-6620, DOI: 10.5354/2735-6620.2024. 74721.



Resumo

O artigo reflete sobre a greve da educação federal de 2024 no Brasil, a partir de duas concepções sindicais: de um lado, o sindicalismo combativo, que realizou a maior greve da educação federal da história do Brasil; de outro lado, o sindicalismo negociado, que se apresenta transformado em antissindicalismo virtual, opondo à greve e às assembleias docentes presenciais uma política de uso crescente de tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs). Na primeira seção, apresentam-se as condições objetivas e subjetivas que sustentam a mobilização grevista, com a continuidade da precarização do trabalho e da vida no governo Lula. Na segunda parte do artigo, avaliam-se indícios concretos de ataques aos direitos de organização coletiva e direitos de associados, em especial pelo uso ampliado e apenas aparentemente progressivo de transmissões online de espaços de organização e mobilização coletiva, com especial impacto sobre docentes mulheres, idosos, LGBTI+ e estrangeiros(as). Para dar corpo à análise foram manejados levantamento documental, análise de dados secundários e discussão bibliográfica.

Palavras-chave:
greve da
educação federal;
lutas econômicas
e políticas;
antissindicalismo
virtual;
sindicalismo
combativo

Abstract

This article reflects on the 2024 federal education strike in Brazil, based on two union conceptions: on the one hand, combative unionism, which carried out the largest federal education strike in the history of Brazil; on the other side, negotiating unionism, which has transformed into virtual anti-unionism, opposing the strike and in-person teacher assemblies with a policy of increasing use of digital information and communication technologies (DICTs). The first section presents the objective and subjective conditions that support the strike mobilization, with the continued precariousness of work and life under the Lula government. The second part of the article assesses concrete evidence of attacks on the rights of collective organization and members' rights, especially due to the expanded and only apparently progressive use of online broadcasts of spaces for collective organization and mobilization, with a special impact on female, elderly, LGBTI+, and foreign teachers. To give substance to the analysis, documentary survey, secondary data analysis and bibliographic discussion were handled.

Keywords:
federal education
strike; economic
and political
struggles; virtual
anti-unionism;
combative
unionism



Introdução

Este artigo é escrito por docente e discentes grevistas da educação pública federal, que têm acompanhado as mobilizações de seus comandos de greve e refletido coletivamente sobre problemas que surgem a quente, em assembleias e reuniões do comando de greve ou em atividades públicas de debate. A sistematização e discussão das questões vêm sendo realizadas pelo núcleo Trabalho Vivo, ligado ao grupo Transformações do Trabalho, Democracia e Proteção Social, da Faculdade de Direito da UFBA, em reuniões e atividades grevistas periódicas

Neste texto, problematizamos um dos principais argumentos reivindicados por docentes e discentes contrários à greve, qual seja, o de que a luta social e a greve fortalecem a direita. Recorrente nos movimentos sociais brasileiros desde o ascenso de lutas registrado nas mobilizações que antecedem as Jornadas de Junho de 2013, a existência de setores progressistas contrários à mobilização popular ou que realizam uma transposição peculiar entre lutas sociais e direitas é tematizada no contexto da greve federal da educação, em dois momentos.

No primeiro, apresentam-se as condições objetivas e subjetivas que sustentam a mobilização grevista, com a continuidade da precarização do trabalho e da vida no governo Lula, para explicitar sentidos da mobilização nas lutas econômicas e políticas, com a fundamental disputa do fundo público e suas repercussões no orçamento público, no contexto do avanço da utilização de tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs) no mundo do trabalho. Na segunda parte do artigo, avaliam-se indícios concretos de fortalecimento da direita por parte da política antigrevista, em especial pelo uso ampliado e apenas aparentemente progressivo de transmissões online de espaços de organização e mobilização coletiva, com base em levantamento documental e seu exame.

Como se discutirá, encontram-se em disputa duas concepções sindicais: de um lado, o sindicalismo combativo, que realizou a maior greve da educação federal da história do Brasil; de outro lado, o sindicalismo negocial, que se apresenta transformado em antissindicalismo virtual, opondo à greve e às assembleias docentes presenciais uma política de uso crescente de TDICs.



“A situação é grave; a solução é greve”: o sindicalismo combativo e as lutas da educação²

Quase metade do funcionalismo público federal está concentrado na educação (Laurino, 2024) e esteve em greve no Brasil em 2024. Foram 64 Instituições Federais de Ensino em greve docente, que se somam a mais de 500 campi de Institutos Federais (IFs), escolas técnicas e colégios militares, com técnicos(as) e docentes em greve.

Prédios desabando e com infiltrações crescentes na estrutura, trabalhadores(as) terceirizados(as) com quadro reduzido e sobrecarga de trabalho há anos, docentes e técnicos administrativos com salário corroído pela inflação em cerca de 40%, mais de um ano de mesas de negociação sem respostas efetivas do governo federal: trabalhadores(as) e estudantes da educação federal brasileira têm motivos de sobra para lutar e reivindicar reajuste, recomposição orçamentária, reestruturação de carreiras e revogação de medidas antidemocráticas dos últimos governos (Andes-SN, 2024; Druck; Filgueiras, 2024a).

72

Conforme a greve da educação unificou setores docentes e de técnicos administrativos reunidos no Andes-SN, no Sinasefe e na Fasubra, o governo federal melhorou sua proposta inicial, ainda que timidamente. Do ponto de vista salarial, da proposta inicial de 9% até 2026, passou a propor 9% em 2025 e 3,5% em 2026, o que sinalizou um avanço demonstrativo da força da greve da educação (Andes-SN, 2024). Seria inadequado, no entanto, considerar a greve como um movimento apenas por salários e carreira.

A ausência de verbas para recomposição orçamentária das universidades federais é uma falácia, como denunciou boletim de conjuntura da greve do Andes-SN. O fundo público está sob disputa, e não em crise ou déficit, no Brasil. Em benefício próprio, o Congresso Nacional decidiu por destinar um valor recorde para as emendas parlamentares, fortalecendo o uso discricionário do orçamento público, pelo qual Senadores(as) e Deputados(as) podem direcionar recursos para suas bases eleitorais. Em 2022, o valor destinado a emendas parlamentares era de 28,9 bilhões de reais; em 2023, R\$ 37,3 bilhões; em 2024, chega-se ao montante de R\$ 53 bilhões (Andes-SN, 2024).

² A greve da educação teve começo, em 20 de março, com técnicos(as) administrativos instalando seu Comando Nacional de Greve (FASUBRA, 2024); técnicos e docentes representados pelo Sinasefe (2024) se somaram em 03 de abril; docentes representados pelo Andes-SN entraram em greve em 15 de abril. Em algumas universidades, estudantes se somaram aos(as) trabalhadores(as) em greve, como na UFBA, em que a assembleia estudantil convocada pela Associação de Pós-graduandos decidiu entrar em greve no dia 08 de maio (APG UFBA, 2024).



A deterioração das estruturas de estudo e trabalho das instituições federais de ensino superior tem relação direta com uma política de desinvestimento das universidades brasileiras, que perdura há uma década e se mantém na Lei Orçamentária Anual de 2024. O desfinanciamento acumula R\$ 2,5 bilhões em perdas entre 2016 e 2024, considerados os valores nominais, isto é, desconsiderando-se a inflação acumulada em oito anos, de 50,7%. Considerada a inflação, as perdas acumulam R\$ 8,3 bilhões. Ao comparar o planejamento orçamentário do quadriênio 2016-2019 com o plano plurianual de 2020 a 2023, a destinação de fundo público ao ensino superior passa de 5% para 3% do orçamento, com um déficit anual de aproximadamente R\$5,8 bilhões (Coletivo Democracia e Luta, 2024).

No caso da UFBA, o orçamento acumula perdas de 87% nas verbas destinadas a investimento e capital, como exposto por coletivo de oposição sindical docente, a partir de estudo de Diego Marques (Coletivo Democracia e Luta, 2024). Combinam-se o subfinanciamento das universidades públicas, altos valores reservados para o setor privado educacional e crescente financiamento da educação pública por meio de emendas parlamentares. Os valores reservados ao setor privado, entre 2024 e 2027, somam R\$11,6 bilhões, ao passo que a destinação orçamentária para o setor público, no mesmo período, é de R\$ 45,2 bilhões. A substituição do gasto no setor público pelo subsídio ao setor privado chega a um quarto do valor previsto no Plano Plurianual (Rech, 2024).

Ao observar os gastos com despesas discricionárias do ensino superior a partir da Lei Orçamentária Anual, para custeio, como energia elétrica, trabalho terceirizado etc., e investimento, como obras de manutenção predial, Rech (2024) observa uma queda de R\$ 19,3 bilhões em 2016 para R\$ 13,1 bilhões em 2024, o que resulta em perda de 32% em valores nominais. Na análise da composição desses valores, cresce a participação das emendas parlamentares, que passam de 5% em 2016 para 28% do total de investimentos a partir de 2022.

Ao disputar o orçamento público, a greve da educação federal permite uma aproximação entre lutas econômicas e políticas. Não por acaso, o governo federal rechaçou até o último minuto que a greve da educação tivesse como pauta o orçamento público e apresentou uma postura de negacionismo em relação aos problemas orçamentários. Como afirmou o presidente Lula em manifestação sobre a greve, já perto de seu final: *“Prove que está faltando dinheiro nas universidades e o governo tem que arrumar recurso. Não se pode permitir que uma greve termine por inação”* (Lula apud Tonet; Truffi, 2024).

Em sentido contrário a essas afirmações, é possível postular um elo entre mobilizações por melhores condições de trabalho, tradicionalmente denominadas greves econômicas, e mobilizações mais amplas por reformas sociais, ou seja, da possível implicação política de greves imediatas ou da complementariedade entre greves econômicas e políticas. Nessa linha, Rosa Luxemburgo (2010, p. 286) deduz pontos gerais, a partir das experiências, dentre os quais destaca: “(...) a luta econômica apresenta uma continuidade, é o fio que une os diferentes nós políticos; a luta política é uma fecundação periódica que prepara o solo para as lutas econômicas. Causa e efeito sucedem-se, alternam-se incessantemente (...)”.

A modalidade grevista não corporativa encontra particular relevância no período de crescimento de greves que se opõe ao Estado e às suas mediações burocráticas. Desde a crise de 2008, inaugurou-se um período de greves sem precedentes na Europa, em manifestações de contrariedade às agendas de austeridade. Muitas vezes, são greves simbólicas, limitadas a um ou dois dias, mas com temáticas que envolvem o setor público e a regulação da negociação coletiva (Nowak; Gallas, 2014, p. 306).

No caso da greve da educação federal, expressões deste momento histórico se revelam não apenas na pauta de reivindicações, mas no tamanho da mobilização e na força das oposições sindicais contra a política da Proifes/Federação³ no movimento docente brasileiro. Um olhar sobre os dados do Andes-SN, a respeito da quantidade de Instituições Federais de Ensino Superior em greve nas últimas greves, nos ajuda a dimensionar o tamanho da adesão docente em 2024: em 2001, 51 IFES; em 2005, 40 IFES; em 2008, 39 IFES; em 2012, 60 IFES; em 2015, 39 IFES; em 2016, 44 IFES (SindCefet-MG-Ssind., 2022). Em 2024, foram 64 IFES em greve

O ano de 2024, portanto, é o maior da série histórica do Andes-SN, na quantidade de IFES, comparável à grande greve do ano de 2012, às vésperas de Junho de 2013. Também como naquele período, o movimento teve grande protagonismo das bases e das oposições sindicais. Uma característica comum entre 2012 e 2024 foi a rejeição dos acordos celebrados entre governo federal e Proifes pelos sindicatos de base da Proifes, com grande disputa estabelecida entre os setores governistas e as oposições de base das universidades que têm sindicatos filiados à Proifes.

Sobre as oposições sindicais, merece atenção a greve da educação na base da Apub/Sindicato, então filiado à Proifes/Federação, na qual a diretoria do sindicato foi derrotada pela oposição sindical em todas as assembleias docentes realizadas durante a greve. A

³ Para uma discussão sobre a concepção sindical da Proifes/Federação, sua composição por sindicatos fantasmas e sua atuação como entidade de apoio ao governo federal, vejam-se e Mello e Dutra (2024a; 2024b).

atuação da diretoria revelou uma concepção sindical deturpada, uma vez que a noção de liberdade sindical reivindicada pela entidade é reduzida à positivação de normas em um estatuto, nos quais se conformam certos ritos, como eleições de diretoria, para que a esta seja conferido poder político central. Em declaração durante assembleia docente da Apub com mais de 500 pessoas aptas a votar, membro da diretoria da Proifes afirmou que “nenhuma assembleia do país decidirá o que uma federação legalmente instituída fará [nas negociações coletivas com o governo federal, que vinham sendo discutidas pelas assembleias]” (Menandrocastroramos, 2024), prática reiterada que revela uma prevalência do poder cartorial sobre a vontade soberana da categoria manifestada em assembleia.

A rejeição às assembleias presenciais e a prática política de demonizar, boicotar, estigmatizar os debates e mobilizações coletivas engendradas neste espaço revelam mais do que afirmam. Não se trata apenas de uma política contrária às assembleias presenciais, mas de buscar colocar algo no lugar, mais “moderno” e formalmente democrático, de um ponto de vista “cidadão”.

Em texto emblemático (Apub Sindicato, 2024a), a diretoria da Apub critica a assembleia presencial porque, nela, haveria muita violência política, como os “gritos e vaias” contra aqueles(as) que afirmam, em assembleia, que a posição da assembleia não tem valor jurídico ou político para as decisões da federação. Ao invés de ser atribuída violência ao exercício autocrático e cartorial do poder sindical descolado da vontade das assembleias docentes, são as próprias assembleias que são violentas, por criticarem aqueles e aquelas que ignoram as decisões coletivas.

Segundo a nota política supramencionada, a assembleia docente com mais de 500 pessoas afrontou a decisão da “maioria” que votou, em enquete virtual, em sentido diverso do que a assembleia veio a decidir. As pessoas que votaram na enquete não teriam ido à assembleia porque ela é um “espaço hostil” e de “desrespeito”, sem “condições básicas de deliberação”: *“Em suma, a deliberação da assembleia do dia de hoje foi alheia à opinião manifestada pelos e pelas colegas na enquete publicizada ontem, o que parece denotar que muitos e muitas não se sentem confortáveis em ir a assembleia, que infelizmente se apresenta como um espaço hostil, com diversos momentos de desrespeito, que impossibilitam condições básicas de deliberação com parâmetro democrático”* (Apub-Sindicato, 2024).

O tema recupera e atualiza o impulso à ampliação da utilização de TDICs no ambiente de trabalho, que tiveram especial aumento na pandemia da Covid-19, como mostraram



os casos do avanço da eadeização na educação superior e a ampliação do teletrabalho, inclusive no serviço público. De acordo com Antunes (2023), esse contexto de grave crise sanitária e impactos socioeconômicos inestimáveis favoreceu o desenvolvimento de “novos laboratórios de experimentação do capital” em diferentes atividades.

Outros espaços de sociabilidade e mobilização coletiva também foram afetados. A pandemia representou um catalisador dos desafios para estabelecimento de resistência coletiva no movimento sindical, sobretudo, para as entidades laborais. Como exemplos destas alterações, citam-se a realização do 1º de Maio unificado no formato de live em 2020 (Ferreira, 2020) e assembleias virtuais da CUT com mais de 120 mil participantes (CUT, 2020).

Durante a pandemia, especialmente diante da Medida Provisória nº 963, inciso II, artigo 17 (BRASIL, 2020a) e pela regulação do Ministério da Economia, com ofício circular nº 1919/2020 (BRASIL, 2020b), foi estendida para os sindicatos a autorização de realização de assembleias virtuais. A virtualização de espaços de deliberação sindical pode ser observado por falas de representantes sindicais, como da presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). O isolamento social pandêmico, segundo ela, deu início a uma nova cultura, com novos caminhos para a organização sindical, dado que “o teletrabalho veio e vai ficar” (CUT, 2020). Para Graça Costa (2021), Secretária de Organização e Política Sindical da Executiva Nacional da CUT, assembleias e congressos devem ser “dinâmicos”, com a utilização de ferramentas virtuais, como experimentado durante a pandemia.

No entanto, o que seria este “dinamismo”? Ao observar a política de virtualização da vida sindical durante a pandemia, em entidades filiadas à CUT dos ramos da saúde, educação e bancários, observou-se uma limitação dos direitos dos filiados(as) de participação e reconhecimento mútuo ou, nas palavras de Campos (2020), em contatos entre direção e base sem interação e debate, ao posicionarem representados(as) apenas na condição de receptores(as) de informações, com prejuízo ao espaço de debates, desprestigiado em troca de votações em período assíncrono (Campos, 2020).

A virtualização se tornou lei e, não por acaso, apoiada pela direita brasileira. A Lei nº 14.309/2022, decorrente do projeto de autoria da senadora Soraya Thronicke (ex-PSL) e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro, foi replicada por sindicatos patronais (FIEMG, 2022; SINDIMETAL, 2022) como marco legal que autoriza a realização de assembleias virtuais por organizações da sociedade civil. Não obstante, em convocatória publicada no ano de 2023, um sindicato do setor bancário, filiado à

CUT, fundamenta a realização de assembleia na modalidade remota/virtual, nos termos da legislação supramencionada (Redação SPbancários, 2023).

Entre os serviços disponíveis aos associados da FIESP, maior entidade de classe da indústria brasileira, destaca-se a parceria com duas empresas que oferecem plataformas destinadas à realização de assembleias e votações virtuais (FIESP, 2024a; 2024b). Ou seja, há um investimento tecnológico das entidades patronais na inserção de novas ferramentas de comunicação para suas bases.

A presencialidade representa perigos para o capital e o afastamento entre quem vive as mesmas condições de vida e de trabalho certamente dificulta a ação coletiva. As entidades patronais que estimulam essa política respondem adequadamente aos seus interesses de classe. As entidades de origem classista combativa, como os sindicatos da CUT, só podem aderir a essa política no interior do transformismo do sindicalismo combativo, em direção ao sindicalismo negocial e cidadão. Trata-se de novo momento, que acentua aspectos sintetizados por Ricardo Antunes e Jair Silva (2015, p. 525): “(...) as últimas décadas parecem empurrar o novo sindicalismo em direção a uma esdrúxula combinação, síntese de, ao menos, três movimentos: a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a forte influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada, ainda, pelo culto da negociação e defesa do cidadão”.

Ainda que a direção sindical analisada neste texto limite a greve a uma processualidade corporativa e restrinja as atividades de mobilização e discussão a respostas a mesas de negociação (Apub Sindicato, 2024b), a forte greve da educação demonstra a robustez social das oposições políticas a essa concepção de movimento e também da crítica a um Estado capitalista cada vez mais autocrático e com a submissão a regras e códigos desumanos, como o Arcabouço Fiscal, estipulados pelo capital. Na interpretação de Harvey (2016), o avançar das contradições da acumulação flexível é também a explosão, o contágio, a pressão crescente do “crescimento necessário” do capital financeiro.

Nesse quadro de análise social a quente, é oportuno realizar uma aproximação concreta à relação combinada entre ataque à universidade pública e ao(à) trabalhador(a) docente, em espaços de mobilização sindical. Se a luta social da educação permite conectar demandas econômicas como a busca por reajuste salarial com lutas políticas como a disputa do fundo público, também é verdade que o uso crescente de TDICs é carregado de contradições. Apresenta-se, a seguir, estudo concreto sobre o fortalecimento da direita no curso da luta social grevista da educação, com olhar sobre a transmissão de assembleia de deflagração de greve na UFBA.

Mobilização grevista transmitida e antissindicalismo virtual: estudo concreto da UFBA

A discussão sobre o fortalecimento da direita pela política antigrevista está na ordem do dia e pode ser exemplificada a partir da existência de editoriais em jornais de grande circulação, contra a greve, por dirigentes sindicais (Goulart, 2024.) e pelo abaixo-assinado de docentes contra o poder de assembleia decidir sobre deflagração de greve, para afirmar o poder de uma consulta online (Bahia Notícias, 2024), como se votações substituíssem o espaço de debate e convencimento coletivo.

Nesta seção, optamos por fazer essa discussão a partir de levantamento documental situado no campo de análise sobre utilização de TDICs no meio sindical, como transmissão online de reuniões e assembleias, bem como votações por meio digital. Nosso estudo concreto foca nos efeitos das transmissões online de espaços de organização e mobilização coletiva da categoria docente, para discutir a hipótese de que essa crescente utilização de TDICs reforça o discurso da extrema direita contra o direito de greve, a universidade pública e o(a) trabalhador(a) docente, mobilizados no contexto do crescente transformismo do sindicalismo de base combativo cutista, em direção ao sindicalismo negocial, como é o caso do setor político dirigente na Apub-Sindicato, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na situação analisada, é possível avaliar a utilização de políticas antissindicais⁴ pelos setores que são, em um quadro político mais amplo, atacados pelas novas direitas, o que denota expressões de conformação do sindicalismo ao neoliberalismo ou à política antissindical.

78

A transmissão ao vivo da assembleia docente da UFBA de 25 de abril de 2024, que deliberou pela deflagração de greve na instituição, é tomada como fonte singular para nossa análise, em que latências ou potencialidades das contradições decorrentes do uso crescente de TICs no meio digital sindical florescem e ganham densidade. Combinam-se a rejeição ao caráter de classe das plataformas digitais e ao instrumento grevista, para resultar em uma política que enfraquece sindicatos, docência, intelectualidade e setores discriminados, como mulheres, imigrantes), LGBTI+ e idosos(as).

⁴ Entendemos como políticas antissindicais aquelas que prejudicam o exercício das funções sindicais por associados, como o direito a decidir temas em assembleias presenciais, com direito a voz e voto, e não apenas aquelas políticas antissindicais que prejudicam o direito de associação ou de constituição sindical. No caso concreto analisado, os atos ou práticas antissindicais da Apub/Sindicato se subsumem à definição do jurista uruguaio Oscar Ermida Uriarte (1989, p. 9 e ss.), segundo a qual condutas antissindicais podem ser definidas como aquelas que “prejudiquem indevidamente um titular de direitos sindicais no exercício da atividade sindical ou causa desta ou aqueles mediante os quais lhe são negados injustificadamente as facilidades ou prerrogativas necessárias para o normal desempenho da ação coletiva”. Na definição de Luciano Martinez, também se observa a antissindicalidade não apenas contra sindicatos, mas também contra sindicalistas, obstaculizando exercício de direitos de liberdade sindical individuais ou coletivos, positivos ou negativos, organizacionais ou acionais (MARTINEZ, 2013, p. 411).



O vídeo selecionado (Apub Sindicato, 2024c) possui 15 mil visualizações e mais de 5 mil comentários levantados por meio da ferramenta de extração Export Comments. A caixa de conversa virtual do vídeo foi mantida aberta, sem restrições para contas anônimas ou inscritas no canal do sindicato e sem comentários deletados por moderação. A seleção e filtragem desse universo teve, como primeiro passo, a escolha de descritores como “greve” e “votação”. Constatou-se a contagem de 934 citações da palavra “greve” entre os comentários, além da menção por 147 vezes da palavra “votação”. Os comentários sobre a “votação” expressam a centralidade da discussão do tema e a pressão para acelerar os procedimentos de direito de fala dos docentes para realização do rito.

Após a leitura dos comentários e a identificação de mensagens com teor ofensivo, foi realizada a segmentação dos principais assuntos verificados, observando a etapa de categorização do método da análise de conteúdo, por meio de critérios semânticos de classificação (Richardson, 2011). Desse modo, classificamos os tipos de ofensas presentes nos comentários nas seguintes categorias⁵: a) depreciativo à organização sindical e à discussão coletiva; b) ataques à intelectualidade e à universidade; c) ataques às (aos) docentes.

No que tange às mensagens com conteúdos depreciativos direcionados à organização sindical e à discussão coletiva, diversos comentários concentram-se na condução e metodologia da assembleia docente, depreciando o processo decisório e os espaços de debate entre os(as) integrantes da categoria, entre os quais destacamos: “Um forms [formulário do Google] e já tava tudo decidido”. Dezenas de comentários fazem referência à substituição do debate pela votação. Nesse cenário, a luta social é vista como perda de tempo e reduzida a expressões individuais dos(as) docentes sobre o interesse ou não na deflagração da greve, que deveriam ser apuradas, nessa visão, apenas mediante votação em ferramentas digitais.

Assim, os comentários ofensivos coletados revelam a percepção daqueles(as) que não estão dispostos à construção coletiva de alternativas e formas de resistência, de modo que a sobrevalorização do ambiente virtual se apresenta como uma oportunidade para esvaziar o processo político de mobilização presencial.

As manifestações hostis também são marcadas por incitações a formas de violência e a medidas arbitrárias, ainda que revestidas de ironias. Há comentários que incentivam o emprego de força física como método deliberativo, além de apelos por intervenções judiciais para obstar o processo de organização da categoria docente. Nessa linha,

⁵ Preservou-se a forma de escrita integral dos comentários, a fim de representar em detalhes o material analisado, com a supressão de algumas expressões pejorativas, sinalizadas com asterisco, e explicações de gírias entre colchetes.



algumas mensagens sugerem a perseguição e retaliação dos(as) professores(as) que se posicionaram a favor do movimento grevista: “caberia um vomitão em quem votou a favor”. O espaço decisório é reduzido ao eventual prejuízo decorrente de sua deliberação, em uma análise política na qual o exercício do direito de greve na educação é entendido como “prejudicial” a estudantes, que devem mobilizar-se em “torcida” contra a decisão. A mesma posição foi expressada pelo governo Lula, em pronunciamento sobre a greve:

Nesse caso da educação, se vocês analisarem o conjunto da obra vocês vão perceber que não há muita razão para essa greve estar durando o que está durando. Quem está perdendo não é o Lula, quem está perdendo não é o reitor, quem está perdendo é o Brasil e os estudantes brasileiros (Lula apud Mazui, 2024).

Setores do capital observam a relação entre utilização crescente de TDICs e maior exposição das pessoas que participam das referidas atividades. Pastore e Apostólico (2020) afirmam que a virtualização de assembleias exige maior preparação de dirigentes, decorrente da vigilância rigorosa da base e do público.

80

Para a audiência da assembleia, as decisões políticas deveriam ser tomadas de forma aligeirada e sem debate, por mera expressão da soma de vontades individuais, pois tanto o encontro presencial em assembleia quanto o instrumento político grevista seriam “ultrapassados” ou desfuncionais. Atacam-se métodos político-organizativos acumulados pela classe trabalhadora brasileira, com especial aversão à assembleia em sua modalidade presencial. Este aligeiramento das decisões condiz com a lógica neoliberal, que tem nas TIDCs fundamental instrumento de compressão espaço-tempo das relações sociais (Harvey, 2011).

A análise dos comentários expõe, ainda, orientações avessas à intelectualidade e à universidade. Destacam-se os ataques às atividades docentes e ao posicionamento favorável à greve, associando os(as) professores(as) grevistas a diferentes características pessoais e profissionais negativas, tais como: à preguiça e à desídia, através de mensagens como “acordar cedo pra trabalhar ninguém quer”, “vagabundagem” [termo depreciativo de pessoa sem ocupação], “greve é coisa de corno”, “greve não, bando de preguiçoso”; ausência de qualificação profissional, ao ser mencionado que “Os professores com menos de 2 neurônios podem fazer greve”, “Queria saber se tem algum professor de exatas aí”, “Não tem como acreditar que esse povo seja professor”; ou até ao uso de

⁸ Nota del traductor: el concepto original es “torcida”, que refiere a las hinchadas de los clubes de futbol.



substâncias psicoativas e a transtornos mentais, por exemplo “Soltou o CAPS” [sigla para Centro de Atenção Psicossocial], “usuários de crack a favor da greve”, “Aí oh, vai ser a favor esse noinha [termo pejorativo para pessoa usuária de drogas]”, “Só podia ser um noia [termo pejorativo para pessoa usuária de drogas] de história”.

É possível observar que tais comentários buscam deslegitimar o movimento grevista desqualificando os(as) professores(as) e as atividades prestadas em favor da Universidade, refutando a relevância da luta por melhores condições de trabalho encampada pela categoria. A ofensiva contra o funcionalismo público, implícita nesses discursos, identifica os(as) servidores(as) como ineficientes e oportunistas, que se aproveitam do Estado como parasitas, em particular sintonia com a ideologia que fundamenta a proposta de contrarreforma administrativa, do governo Bolsonaro, quando o Ministro da Economia qualificava servidores como “inimigos”, “privilegiados” e “ineficientes” (Druck, 2021)

Alinhados ao discurso da extrema direita e às medidas neoliberais, verificaram-se outros registros com apelo pela privatização da universidade Pública e forte reivindicação da iniciativa privada, a exemplo de “tem que privatizar logo” e “quem tem doutorado e acha 9k [salário de 9 mil reais] pouco vai pra iniciativa privada”. Igualmente, foram publicados comentários em defesa de figuras políticas representativas do neoconservadorismo, que contestam a educação universal emancipadora e desacreditam o conhecimento científico, por meio de comentários como a constante reivindicação de Bolsonaro como aquele capaz de solucionar os problemas. Os comentários lançam luz sobre as disputas abertas especialmente com o neoliberalismo a respeito da privatização da educação pública, ao reivindicar a extrema direita e sua política para o serviço público.

81

Na dimensão dos ataques aos docentes que utilizaram seu direito de voz na assembleia, houve particular incidência de ofensas LGBTIfóbicas, machistas, etaristas e xenofóbicas. O aparente anonimato nas interações virtuais é propício à emergência de ofensas direcionadas a grupos marginalizados. Foram diversos os comentários depreciativos à linguagem neutra, que tem como objetivo enfrentar o cisheterossexismo e propiciar uma linguagem inclusiva para pessoas transexuais e pessoas não-binárias. Como se esse segmento populacional não existisse e não fosse merecedor de respeito, os comentários afirmam: “professor falando todes?”, “Boa tarde a todos, todas, todes, elus, delus, delz, lg, lgbt, lgtv”, “alunes”

Nesse mesmo sentido, registraram-se ofensas LGBTIfóbicas aos docentes durante

suas falas, como “solta a franga”, “A UFBA tem entre ativos, passivos e versáteis”, “Cadê os macho contra greve, só tem queimador se [queimador de] rosca”. Assim como o contrato de trabalho não exclui os elementos subjetivos do trabalhador, sua participação em mobilizações da categoria são marcadas pelos efeitos da LGBTfobia. A seguir apresenta-se listagem de principais comentários com caráter LGBTIfóbico sobre docentes extraídos da

Tabela I – Comentários LGBTIfóbicos

<p><i>Professor falando todes? Kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk</i> <i>Todes meus oves [termo informal para testiculos, acrescido de linguagem neutra]</i> <i>Todes minha roles [termo informal para pênis, acrescido de linguagem neutra]</i></p> <p><i>Professor que fala linguagem neutra é um animal</i> <i>Solta a franga [termo pejorativo para comportamentos descritos como afeminados]</i> <i>A UFBA tem entre ativos, passivos e versáteis</i> <i>Querides kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk</i> <i>Alunes kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk</i> <i>Pablllo vittar a favor da greve!</i> <i>Cadê os macho contra greve, só tem queimador se rosca [“queimador de rosca”, termo pejorativo em referência a praticantes de sexo anal]</i></p>
--

Fonte: elaboração dos(as) autores(as).



Os comentários demarcam que, da mesma forma que o local de trabalho é sexualizado e, geralmente, heterossexualizado (Borrillo; Formond, 2007, p. 57), os trabalhadores atuantes em sua base sindical estão mais expostos ao abuso continuado, em direção contrária à dignidade e integridade física ou psíquica. Há um entrelaçamento entre práticas neoliberais de atuação sindical, como transmissão online de discussões sensíveis, e o neoconservadorismo expresso nos comentários depreciativos, que expõem mais os docentes LGBTIs a situações assediosas.

Os comentários machistas contra docentes mulheres questionam aspectos físicos, como idade, tom de voz: “veia loka”, “que voz estranha é essa dessa mulher gente”, “corta o microfone dessa mulher”. E registros que escalonam para fala assediada de conotação sexual, como “bora sua veia mal comida vot alogo [vota logo]”. Há uma forte demarcação de discriminação por gênero, com hostilidade à participação pública de docentes mulheres no espaço universitário e no debate político. A seguir apresenta-se listagem dos principais comentários de conotação sexista:

Tabela 2 – Comentários sexistas

Essa mulher está quase infartando.
que voz estranha é essa dessa mulher gente
bora sua veia mal comida vot alogo [vota logo]
A mulher dando santo kkakakaka
a palhaça rodando
O q q essa mal educada de braço p cima tá fazendo girando?
A mulher girando, ela tá bem?
a mulher ta girando pq ela ta nervosa pra votar
pq essa mulher tá gritando?

A tia tá loucona
ela tá chorando? análise
parabéns pela vagabundagem minha tia
Veia loka [“veia”, termo pejorativo para pessoa idosa]

Fonte: elaboração dos(as) autores(as).

Foram expressivos os registros a respeito da idade dos docentes aposentados que se manifestaram na assembleia, com comentários depreciativos. Os comentários fizeram referência a aspectos físicos dos professores aposentados, apontando uma suposta fraqueza relacionada à idade: “esse ai ta c [com] o pé na cova”, “o veio n [não] aguenta nem ficar em pe”, “se levantar o braço Deus leva”. Segue tabela com os principais ataques etaristas:

Tabela 3 – Comentários etaristas

Ele é aposentado mais quer mais dinheiro, deixa ele
mulher se aposente!!!!
a veia tá gaguejando mais q tudo
veia loka
os veio quer aumentar a aposentadoria
idoso tem prioridade kkkkkkkkk
esse ai ta c o pé na cova [“pé na cova”, termo pejorativo para insinuar que a pessoa está
prestes a morrer]
o veio n aguenta nem ficar em pe
Bora meu tio, aposenta
Esse é o professor aposentado?
Quem deixou esse senhor sair de casa?
Aposenta, meu tio
Quase com o pé na cova
ele não ta bem não

Aposenta, tia
os mortos sendo excluídos
Mortofobia
Os vivos levantem a mão
Chama a samu [referência à resgate médico do Serviço de Atendimento Móvel de
Urgência]
aposentada, minha tia, vá pra casa.
Já fez mtas agora vai curtir tua aposentadoria mulher
Se levantar o braço Deus leva

Fonte: elaboração dos(as) autores(as).



Na manifestação de docentes estrangeiros, observou-se uma série de comentários xenofóbicos, com questionamento sobre a possibilidade de inscrição para o debate: “não sendo xenofóbica, é curiosidade mesmo. Gringo tem local de fala?”, “a regra é clara: não fala português, não tem que ter lugar de fala”. Registraram-se comentários a respeito do aspectos físicos dos docentes com comparação a ator de origem asiática: “Jack chan hispânico”. Seguem principais comentários xenofóbicos:

Tabela 4 – Comentários xenofóbicos

qual foi do peruano rapa
Yo soy peruano!
Lacucaracha
plasteu de flango [forma pejorativa de mimetizar o sotaque de pessoas asiáticas]
Fala português!
Jack Chan Hispânico
não sendo xenofóbica, é curiosidade mesmo. gringo tem local de fala?
a greve já chegou em outros países
el hermano quiere greve kkkkkkk
a regra é clara: não fala português, não tem que ter lugar de fala
Cade a legenda hermano
calma peruano
Do nada um gringo roz

85

Fonte: elaboração dos(as) autores(as).

A transmissão de espaços de assembleia representa espetacularização das discussões, com exposição dos participantes a discursos assediante vindos em sua maioria de estudantes que convivem no mesmo ambiente universitário. A possibilidade de relativo anonimato favorece a emergência de ofensas a grupos marginalizados, tornando maior a exposição de seus corpos, concepções políticas e discursos.

No caso da UFBA, Druck e Filgueiras (2024b) destacam que o movimento de oposição, contrário à greve, ao fazer a defesa de uma consulta virtual, como uma instância mais ampla e democrática que a assembleia, desperta a quebra de laços e a solidariedade entre os docentes, enfraquecendo o processo de luta e a organização da categoria. Cuidam-se dos efeitos no campo sindical de três fenômenos interligados, a reestruturação produtiva, a municipalização-financeirização do capital e a ascensão político-ideológica do neoliberalismo.

A direção sindical defende de forma irrestrita a adoção de instrumentos digitais, sob a lógica de ampliação da participação, eficiência, agilidade e inovação, sem considerar que



tais práticas representam violação de direitos e garantias dos(as) docentes participantes presencialmente de mobilização de sua categoria. A amostra de comentários analisada possui forte conotação conservadora e individualista, elementos que não são dissociados do neoliberalismo.

A virtualização ou não de assembleias sindicais deve ser discutida a partir da interação entre neoliberalismo, espaço público e transformações do sentido de organização coletiva para setores sindicais. A virtualização não representa um não-lugar, mas sim a criação de um ambiente de interação social controlado e de tensionamento. As alterações para o campo espacial virtual das assembleias sindicais mudam as possibilidades de intervenção e as formas de disputa política pelos trabalhadores: “(...) quem domina o espaço sempre pode controlar a política do lugar” (Harvey, 2017, p. 214).

A justificativa da exposição de espaços organizativos é alicerçada na ideologia de que meios digitais são potencializadores do engajamento social e da atuação democrática. Ela esbarra nas evidências concretas que revelam a proliferação de ataques à universidade pública, à figura do(a) trabalhador(a) docente, em especial, mulheres, LGBTI+, idosos e contra os espaços de organização da classe trabalhadora.

Considerações finais

Uma grande luta política de trabalhadores(as) da educação brasileira colocou na ordem do dia a disputa pelo fundo público no país. As políticas neoliberais têm diminuído drasticamente o orçamento voltado à educação e retirado o tema das discussões coletivas, independentemente do grupo político que esteja à frente do governo federal. Não por acaso, o movimento docente afirmou a luta orçamentária desde o começo das reivindicações, mas o acordo de greve foi redigido pelo governo federal e não fez menção às vitórias orçamentárias arracandas pelo movimento grevista.

Se é verdade que o Partido dos Trabalhadores é um dos principais alvos da extrema direita no Brasil, é também verdadeiro que o governo federal de Lula da Silva mantém e expande a política fiscal que subfinancia as instituições federais de ensino e precariza as condições de trabalho de docentes, técnicos(as) administrativos(as) e trabalhadores(as) terceirizados(as). Ao mesmo tempo, retira-se autocraticamente o orçamento público do debate político, imunizando a democracia brasileira contra possibilidades de disputa pelo fundo público.



O neoliberalismo avança no governo federal e em seus braços sindicais. A disputa entre sindicalismo combativo e antissindicalismo virtual marcou a greve federal da educação brasileira de 2024. O estudo concreto sobre o uso crescente de TDICs demonstra o avanço do transformismo de setores do movimento sindical. O neoliberalismo ataca sindicatos não apenas pela repressão, mas também pelo convencimento: as atuações da Proifes/Federação e da diretoria da Apub/Sindicato, estudadas neste texto, revela como a política antissindical não tem como executores apenas governos e empresários, mas também trabalhadores(as) que não creem na luta social como forma de avançar na política.

Nos arquivos digitais de atividades grevistas da UFBA, observaram-se a proliferação de ataques à universidade pública, à figura do(a) trabalhador(a) docente, em especial contra mulheres, pessoas LGBTIs+, idosos(as) e contra a organização da classe trabalhadora. A amostra de comentários analisada possui forte conotação conservadora e individualista, elementos sintomáticos sobre a utilização de TDICs no meio sindical e sobre as aproximações entre o antissindicalismo virtual e a política da extrema direita no país.

Adversários da greve e dos professores(as) que dizem representar, estes setores do movimento docente defendem de forma irrestrita o uso crescente de instrumentos digitais, sob a lógica de ampliação da participação, eficiência, agilidade e inovação, sem considerar que tais práticas resultam em violação de direitos e garantias de docentes participantes presencialmente de mobilização de sua categoria.

Referências

Antunes, R. (2023). Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. *En Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais* (pp. 18-51). Editora Boitempo.

Antunes, R. ySilva, J. B. (2015). Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, 28(75), p.511-528. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005>

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior . (2024). *Avaliação da proposta do governo federal apresentada na mesa específica e temporária do dia 15/05/2024*.



ANDES Sindicato nacional [https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2024/04/Comunicado%2035-CNG-2024-%20ANEXO%20I%20\(An%C3%A1lise%20da%20postura%20do%20Governo%20Federal\)%20\(2\).pdf](https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2024/04/Comunicado%2035-CNG-2024-%20ANEXO%20I%20(An%C3%A1lise%20da%20postura%20do%20Governo%20Federal)%20(2).pdf)

Associação de Pós-Graduandos/as da Universidade Federal da Bahia [@apgufba]. (2024). *Nota 09 de maio de 2024*. Instagram. <https://www.instagram.com/apgufba/?hl=pt>

Associação dos Professores Universitários da Bahia (2024c). *Nota política – resultado da assembleia do dia 18 de junho*. APUB SINDICATO. <https://www.apub.org.br/nota-politica-resultado-da-assembleia-do-dia-26-de-junho/>

Associação dos Professores Universitários da Bahia. (2024b). *Nota da Diretoria da APUB de 07/05/2024*. <https://www.instagram.com/p/C6rnXGqNQh-/>

Associação dos Professores Universitários da Bahia. (2024a). *Assembleia Geral*. APUB SINDICATO. <https://www.youtube.com/watch?v=tYVrQsEUXKo>

Redacao. (14 de mayo de 2024). Professores abrem dissidência e pedem que greve na Ufba seja decidida por consulta pública. BN - *Bahianoticias.com.br*. <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/292277-professores-abrem-dissidencia-e-pedem-que-greve-na-ufba-seja-decidida-por-consulta-publica>

BRASIL. (2020a) *Medida Provisória nº 936/2020*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm

BRASIL. (2020b) *Ofício circular nº 1919/2020*. <https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/legislacao/detalhe/trabalhista/-geral/oficio-circular-sei-no-19192020me/>

Borrillo, D. y Formond, T. (2007). *Homosexualité et discriminations en droit privé*. La Documentation Française.

Campos, A. de S. (2020). *Sindicalismo no contexto de pandemia no Brasil: primeiras impressões*. CESIT – IE/Unicamp. <https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/>

Coletivo Democracia e Luta. (14 de maio de 2024). *Boletim 04/2024*. <https://drive.google.com/file/d/135VQLyKqIX4Qq2MGDagY7qoleWItEV-2/view>

Costa, G. (27 de julho de 2021). Por um novo sindicato. *Remir Trabalho*. <https://www3.eco.unicamp.br/remir/index.php/sindicalismo/279-por-um-novo-sindicato>

Nuzzi, V. (09 de setembro 2020). Acordo dos bancários teve 120 mil nas assembleias e apontou caminhos de negociação. *CUT Brasil*. <https://www.cut.org.br/noticias/acordo-dos-bancarios-teve-120-mil-nas-assembleias-e-apontou-caminhos-de-negociac-ebe2>

Druck, G. (2021). O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea* (online), v. 11, p. 821-844. <https://doi.org/10.4322/2316.1329.2021021>

Druck, G. y Filgueiras, L. (01 de junho de 2024a). Movimento docente — assembleia e/ou consulta pela internet. *Blog A Terra é Redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/movimento-docente-assembleia-e-ou-consulta-pela-internet/>

Druck, G. y Filgueiras, L. (09 de maio de 2024b). Por que estamos em greve nas Universidades federais? *Blog A Terra é Redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/por-que-estamos-em-greve-nas-universidades-federais/>

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.(2024). *Informe CNG de 19/03/2024 A 22/03/2024*. FASUBRA. <https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2024/03/IG-MAR-1.pdf>

Ferreira, M. (04 de abril de 2020). Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora terá ato virtual nesta sexta. *Brasil de Fato – Rio Grande do Sul*. <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/30/dia-internacional-do-trabalhador-e-da-trabalhadora-tera-ato-virtual-nesta-sexta-feira>

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -FIEMG. (2022). *Nota técnica jurídica 2022/01*. FIESP. <https://www.fiemg.com.br/publicacoes-interna/nota-tecnica-juridica-2022-01/>

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo . (2024b). Soluções sob medida. FIESP. <https://www.fiesp.com.br/servicos-parcerias/grts/>

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo_____. (2024a). SIP [Sistema Integrado de Planejamento. FIESP. <https://www.fiesp.com.br/servicos/sip/>

Goulart, M. (03 de maio de 2024). A greve dos professores nas universidades federais é necessária? NÃO. *Folha de S. Paulo*. <http://surl.li/trtgf>

Harvey, D. (2011). *O Neoliberalismo: histórias e implicações* (2ª Ed). Edições Loyola.

Harvey, D. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. Boitempo.

Harvey, D. (2017). *Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola.

Laurino, T. (14 de maio de 2024). “MEC tem quase metade do funcionalismo público federal”, diz Guedes. *Metrópoles*. <https://www.metrosoles.com/brasil/economia-br/mec-tem-quase-metade-do-funcionalismo-publico-federal-diz-guedes>

Luxemburgo, R. (2010). Greve de massas, partido e sindicatos. En A. Bogo (org.), *Teoria da Organização Política*, v. I, (pp. 241-334). Expressão Popular.

Martinez, L. (2013). *Condutas antissindicais*. Saraiva.

Mazui, G. (06 de agosto de 2024). Não há razão para essa greve durar o que está durando’, diz Lula a reitores de universidades federais. *G1 Política*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/10/nao-ha-razao-para-uma-greve-durar-tanto-tempo-diz-lula-a-reitores.ghtml>

De Mello, L. E. y Dutra Queiroz, R. (30 de maio de 2024a). Cinco lições sobre a invalidez do acordo da Proifes com o governo federal. *Revista Fórum*. <https://revistaforum.com.br/debates/2024/5/30/cinco-lices-sobre-invalidez-do-acordo-da-proifes-com-governo-federal-por-lawrence-estivalet-de-mello-renata-queiroz-dutra-159686.html>

De Mello, L. y Dutra Queiroz, R. (11 de junho de 2024b). Registro sindical. *Blog A Terra é Redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/registro-sindical/>

Castro Ramos, M. [@menandrocastroramos]. (26 de maio de 2024). *Proifes sem legalidade e sem legitimidade*. Instagram. <https://www.instagram.com/p/C7a2sOgAU6U/>

Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024. (2024). Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Diário Oficial da União de 23.01.2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114822.htm Lei nº 14.309, de 08 de março de 2022. (2022). Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a realização de reuniões e deliberações virtuais pelas organizações da sociedade civil, assim como pelos condomínios edilícios, e para possibilitar a sessão permanente das assembleias condominiais.. Diário Oficial da União de 09.03.2022. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14309.

Nowak, J. y Gallas, A. (2014). Mass Strikes Against Austerity in Western Europe – A Strategic Assessment. *Global Labour Journal*, 5(3).

Pastore, J. y Apostólico, M. R. (26 de novembro de 2020). Sindicalismo virtual. *Fecomerciosp*. <https://www.fecomercio.com.br/noticia/sindicalismo-virtual>

Rech, L. T.. (2024). *Análise dos Recursos destinados ao Ensino Superior Público em Tempos de Greve Docente Federal*. [No publicado].

Richardson, R. J. y Colaboradores Peres, J. A. De S. y Wanderley, J. C. V. y Correia, L. M. y Peres, M. de H. de M. (2011). *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (3ª Ed.). Atlas.

Redação sindicato Dos Bancários De São Paulo. (2023). Assembleia virtual sobre a Proposta Orçamentária 2024 será na quinta 30. *Sindicato dos Bancários*. <https://spbancarios.com.br/11/2023/assembleia-virtual-sobre-proposta-orcamentaria-2024-sera-na-quinta-30>

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Basica Profissional. (2024). *Boletim político nº 2*. SINASEFE. <https://sinasefe.org.br/site/greve-do-sinasefe-confira-o-boletim-politico-no-2-do-cng/>

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. . (09 de maio de 2022) A luta sindical a partir das greves do ANDES-SN ao longo da história. *ANDES Sindicato Nacional*. <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aANDES-sN-lanca-material-com-historico-de-greves-do-setor-das-ifes1#:~:text=O%20ANDES%2DSN%20divulgou%2C%20na,Ensino%2C%20a%20partir%20de%201980>

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo. (2022). *Lei federal permite a realização de assembleias e reuniões dos sindicatos na modalidade virtual*. SINDIMETAL-RS. <https://www.sindimetalrs.org.br/lei-federal-permite-a-realizacao-de-assembleias-e-reunioes-dos-sindicatos-na-modalidade-virtual/>

Tonet, C. y Truffi, R. (10 de junho de 2024). “Não há razão para estar durando”, diz Lula sobre greve na educação. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/06/10/nao-ha-razao-para-estar-durando-diz-lula-sobre-greve-na-educacao.ghtml>.

Uriarte, O. E. (1989). *A proteção contra os Atos Antissindicais*. Editora LTr.

Agradecimientos

Associados a um projeto/centro de pesquisa ou programa. Agradecemos a colegas e companheiros(as) do núcleo Trabalho Vivo, ligado ao grupo Transformações do Trabalho, Democracia e Proteção Social, do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA e dos comandos de greve docente, de pós-graduandos e de discentes do Campus São Lázaro da UFBA, que partilharam conosco as lutas que dão sentido a estas reflexões.

Biografia dos Autora

Lawrence Estivalet de Mello é professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FD/UFBA), vice-coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA (CRH/FFCH/UFBA), membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA (Mestrado e Doutorado). Doutor e mestre em Direito pela UFPR. Bacharel em Direito pela UFPEL e em Filosofia pela UFPR. Pesquisador associado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA (CRH/FFCH/UFBA), ao grupo Trabalho, Precarização e Resistências (TTRS/FFCH/UFBA) e coordenador do grupo Trabalho Vivo (TTDPS/FD/UFBA). E-

E- mail: lawrence.emello@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2882-4883>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2882-4883>

Alexandra Maciel Veiga, Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFBA. Bacharel em Direito (UFPR) e graduanda em Ciências Sociais pela UFBA. Integrante do Grupo Transformações do Trabalho, Democracia e Proteção Social, Núcleo Trabalho Vivo (TTDPS, FD/UFBA). Advogada trabalhista e sindical.

E-mail: alexandramacielveiga@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6730-4709>

Loyana Araújo Saraiva Matos Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA. Bacharela em Direito (UFBA). Integrante do Grupo Transformações do Trabalho, Democracia e Proteção Social (TTDPS, FD/UFBA) e do projeto Caminhos do Trabalho Brasil: mapeamento e combate à ocultação do adoecimento ocupacional no Brasil (NEC/UFBA). Advogada trabalhista.

E-mail: loyanaaraujo1401@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9095-2227>

